



Considerações sobre o marxismo

Nelson Mello e Souza
Ex-Chanceler da Universidade Estácio de Sá;
Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

I

O ano de 2018 marca o bicentenário do nascimento de Karl Marx. Considero adequado, para nosso Conselho Técnico, comentar seu legado intelectual, que é o “marxismo”.

Entende-se por “marxismo” um conjunto integrado de proposições críticas sobre a sociedade, a história e a economia capitalista. Sua influência, no decorrer do século XX, foi imensa. E até hoje, mesmo sendo uma sociedade diferente, o “marxismo” ainda domina boa parte do movimento sindical, bem como segmentos decisivos da intelectualidade, penetrando, fundo, no corpo docente universitário, influenciando parte considerável da juventude.

Hegel, mestre admirado e respeitado por Marx, define a filosofia como a época captada pelo pensamento. Sua síntese famosa, ao comentar Platão, é: “O que é real é racional, e o racional é real”.¹

Uma das contribuições de Marx, das quais deriva sua força como pensador, foi acrescentar a esse posicionamento, eticamente neutro, uma postura crítica moral. Para ele, a função ativa dessas leis morais é projeto exclusivamente humano que dá origem à chamada “ética da responsabilidade”, de teor weberiano. Muitos animais vivem sob o comando de uma ordem lógica, mas de uma “lógica” instintiva, imposta pela natureza. Só o homem a constrói pela razão, relegando ao instinto parte secundária.

Tendo no fato empírico do alicerce moral a base de suas reflexões, Marx concebe uma doutrina de extraordinária eficácia crítica ao capitalismo de seu tempo. Sistema que seria o centro egoísta de contestações, crises, desacertos, conflitos e desvios, senão também, pelo domínio dos interesses materiais, um modo de vida deformador do “homem”. Razão pela qual sente a necessidade de “virar Hegel de cabeça para baixo”, isto é, do idealismo abstrato da “grande teoria” para a realidade concreta da existência histórica.²

Como conjunto teórico, no entanto, nem sua obra direta nem o “marxismo” dela derivado lograram escapar de simplificações, ambivalências, contradições e repetições inócuas. Também não lograram sustentar um de seus argumentos básicos, o de ser o “conflito entre classes” o motor da história. A tese não resistiu nem mesmo a um exame superficial da formação e evolução das culturas feito pela sociologia e, principalmente, pela antropologia moderna. Ambas nos revelam que contradições e conflitos de interesses sociais divergentes eram inexistentes na coesão simplória das sociedades tribais do Paleolítico. Mesmo no Neolítico, com suas toscas aldeias e cultivo comunitário das terras, seria completamente impreciso falar de “classes sociais” e seus “conflitos”.

Na dinâmica real da vida, o papel das “lutas de classe” não pode ser cogitado. Só bem mais adiante, na fase dos grandes impérios do passado, já consolidada a instituição do Estado e do regime escravocrata, é possível falar de oprimidos e opressores. Mas o tipo de conflito que nelas dominava a equação social era a resultante de guerras externas para recrutamento da mão de obra escrava e das lutas entre elites pelo poder real. Obviamente, a chamada “luta de classes” não podia existir antes do surgimento das “classes”. E essa forma de estratificação social é desanimadoramente tardia.

O primeiro conflito entre classes foi numa época em que já estávamos longe, bem longe, na história das civilizações, com a ciência e a tecnologia desenvolvendo, desde fins da Idade Média, novos instrumentos de produção, o que levou à origem da sociedade burguesa e sua ulterior luta contra a aristocracia feudal. Nessa época, tem início histórico a formação da hierarquia por “classes”, decorrência das imensas transformações nos processos produtivos, derivadas da evolução da técnica. Ao tempo em que Marx nasceu, viveu e produziu, a revolução se consolidava e o futuro da indústria surgia como a essência do desenvolvimento humano.³

Iniciamos este pequeno estudo, portanto, tendo como objetivo limitado revelar, em abordagem sociocultural, os dilemas teóricos do marxismo. Além desta tese, são muitas as áreas vulneráveis à crítica sociológica que emergem das anotações e reflexões históricas e econômicas de Marx. O conjunto acabou por transformar o movimento numa “ideologia”, jamais numa forma científica de analisar a história, a sociedade e a economia. E, como ideologia, nutriu sua força de convicção entre os crentes.

Não nos propomos mais que uma passagem incidental sobre o lado econômico de sua doutrina, até mesmo por ser impossível desligar

uma coisa da outra. Não me aprofundei neste ângulo, aliás, o preferido da crítica marxista, pelo fato de já ser objeto de uma verdadeira avalanche de estudos específicos. Afinal, desde o revisionismo de Bernstein, na Segunda Internacional, além das mudanças estruturais do capitalismo analisadas por Böhm-Bawerk, com base na teoria marginal, tudo já com mais de um século de publicação, a postura econômica do marxismo vem sendo abalada em sua vacilante credibilidade.

Entre nós, basta referir, por sua precisão de análise e sua forma enxuta de pequeno ensaio, o trabalho seminal do economista Ernane Galvêas, aliás, publicado nesta mesma revista, em abril de 1997, isto é, cerca de 20 anos atrás! Trabalho do qual muito me vali e dedicado, de preferência, à sua teoria econômica.⁴

Quanto às simplificações referidas, a culpa inegável é dos epígonos. Mas nem tudo pode ser a eles debitado. Marx colaborou para essa deformação. Seu objetivo foi denunciar os desacertos sociais; melhorar os padrões existentes de justiça social. Mas, ao debitar ao capitalismo todas as deformações, inclusive as existenciais, e ver “nessa” forma ainda embrionária de capitalismo industrial, pouco compreendida pela economia clássica de seu tempo, a verdade definitiva de um sistema dialético por natureza, acarretou erros grosseiros. Parou a história sobre si mesma. O que o levou a não considerar a flexibilidade institucional imposta pelas necessidades adaptativas do sistema capitalista, em mutação galopante, por imposições de sua essência “industrial”.

Mantendo as mesmas posições ao longo da vida, acabou defendendo absurdos sociológicos quase patéticos, como a abolição das classes e a divisão do trabalho social numa futura sociedade comunista, principalmente, quando já era evidente a cada vez mais densa e complexa dinâmica evolutiva da sociedade industrial, inclusive gerando os impulsos reformistas que criaram, no Estado, um poder estratégico dominante.

Ao tempo em que escreveu *O Capital*, nas décadas de 1860 e 1870, já eram claras as novas dimensões das empresas de ponta. Tudo conduzia a uma exigência maior de qualificação técnica para se lograr emprego. Mudavam os estilos de gerência, a eficiência do maquinismo produtor, o número das especializações novas em surgimento galopante. Tudo já exibia as marcas de um novo corpo social, bem diverso do existente à época em que escrevera o “Manifesto”.⁵

Marx, no entanto, embora afirmando ser um dialético, continuou firme em suas teses originais, formuladas desde os textos da juventude, nos anos iniciais da década de 1840, seguindo sem alterações teóricas de monta. Foi com a mesma visão do futuro que chegou ao fim da vida e ao longo da qual comentou o Programa de Gotha, insistindo na utopia comunista do desaparecimento do Estado e na abolição da divisão social do trabalho.⁶

Obviamente, foi obrigado a sustentar-se em simplificações. Examinemos algumas. Não há espaço para mais. Sua conceituação de “trabalho produtivo”, por exemplo, como o realizado pelo operário, de modo simples e direto, no “chão de fábrica”, tema proposto desde o início de suas leituras sobre economia, foi mantida como base de *O Capital*. Modificações evidentes na complexidade multifacetada da produção, cada vez mais coletiva, não foram consideradas no seu conceito de “trabalho produtivo”. Miopia similar mostrou com a nova correlação que tinha início entre as “classes sociais”, com as funções da nova classe média de tecnocratas e profissionais liberais surgindo claramente no horizonte da vida produtiva. Igualmente, mostrou-se indiferente ao novo papel do Estado e até ao papel político das massas nos novos regimes de perfil republicano.

O fato tornou-se até difícil de explicar, porque demasiado visível. O próprio Marx não pôde deixar de notá-lo no golpe de Estado de

Napoleão III, na década de 1850. O Estado francês foi mobilizado para atender às necessidades populares, colocando em segundo plano os interesses da burguesia capitalista. Embora Marx tenha se referido a essa inflexão populista no seu *O 18 de Brumário*, não a incorporou como elemento de análise do sistema. Tratou-a como caso à parte. Se o fizesse, certamente poderia considerar o novo poder das massas em relação ao da burguesia, principalmente o grau de liberdade decisória logrado pelo Estado burocratizado, como elementos novos em sua teoria do poder.⁷

Além das simplificações referidas, há ambivalências. Elas se encadeiam umas nas outras. Seu conceito base, o de “mais-valia”, evidentemente ligado ao de “trabalho produtivo”, inclui um vai e vem de conceituações ao longo de toda a obra. Às vezes, define “mais-valia” de modo simplista, como sendo igual ao lucro, outras vezes como sinônimo de excedente final, de onde se extrai não só a acumulação do capital e o lucro do capitalista, mas também os recursos necessários para sustentação econômica da empresa. Acaba por fixar-se na tese de ser a mais-valia decorrente da parte da riqueza “produzida pelo trabalho” e dele apropriada pelo capitalista, base do processo de exploração por ser trabalho feito e não pago. Ao fim, terá de aceitar, embora de raspão, que tudo depende das vendas! Não mais às relações de produção, fato, aliás, notado por Galvêas, ao comentar as discrepâncias entre o volume 1 e o 3 de *O Capital*.⁸

É igualmente grave a confusão do conceito de “relações de produção capitalistas”, porque ela, de fato, constitui categoria analítica diversa da de “relações de poder”. Marx não as trabalha como realidades sociais diferentes. “Relações de produção”, na verdade, não se referem ao que mais interessa à Marx, definir como se delineia a estrutura do poder social. Esta, claramente, depende das “relações de poder”

que a propriedade privada dos bens de produção viabiliza. Vejamos a diferença.

“Relações de produção” são um fenômeno moralmente neutro. Definem formas de estruturação e legitimação da autoridade na hierarquia indispensável ao processo “produtivo”, no caso em tela, o de perfil industrial. É dimensão técnica. Com outras configurações, existiu no feudalismo, no regime escravocrata, todos eles com suas “relações de produção”, assim como veio a existir, ao lado do capitalismo, pouco mais adiante, “nas sociedades socialistas do século XX”. Ou se “organiza” para produzir, ou não haverá “produção.”

“Relações de poder”, por outro lado, envolvem o espaço decisório onde se movem as elites de poder em relação ao comando e ao controle da vida das massas necessárias ao trabalho simples. No caso da indústria moderna, são as relações entre os donos dos bens de produção, o empresariado e a classe proletária. É realidade político-social. Fenômeno polimorfo e antigo, que pode até ser percebido nas relações não econômicas, como o sistema de comando e obediência das sociedades tribais, entre os anciãos e os xamãs, de um lado, e o resto da tribo, de outro. Na modernidade industrial do século XIX, desce às profundezas domésticas das velhas famílias patriarcais. Não se contestava o poder decisório do patriarca sobre a vida dos filhos e netos.

No mundo industrial moderno, o espaço decisório dos donos do capital não é mais tão amplo quanto era ao tempo de Marx, tanto na economia quanto na política. Hoje, devido às leis sociais, de um lado, à meritocracia dos executivos e à proliferação das empresas públicas, de outro, os donos do capital sofrem certas limitações. Sua origem social também é diversa e seus objetivos diferenciados. Os grandes executivos, como representantes dos donos dos bens de produção

privados ou públicos, detêm boa parte do poder decisório. Mas são todos assalariados. E mudam de empresa com frequência. Na conceituação marxista, também “vendem sua força de trabalho”. Mas, no exercício de suas funções dentro do aparato produtivo, exercem considerável poder decisório.

Como nos sistemas democráticos modernos o Estado é composto, em boa parte, de representantes de organizações diversas, inclusive operárias, os limites do poder compensatório tornam-se elásticos, e a ação do setor privado da economia não mais desfruta sua antiga e inquestionada amplitude de alcance. Em suma, a partir da década de 1870, Marx já tinha diante de si os limites institucionais que começavam a modelar o poder dos “donos do capital”. É a época do embrião das grandes corporações.

Do exposto, parece decisivo não confundir os dois conceitos. Relacionadas diretamente à dinâmica organizacional, as “relações de produção” são similares em qualquer indústria, seja pública ou privada, capitalista ou socialista.

Tudo muda no que se refere às “relações de poder”. No socialismo, elas se agrupam em torno da burocracia estatal de onde partem as decisões. Como a burocracia é sempre sujeita a padrões rígidos de competência e a limites disciplinados de atuação, a apropriação da renda gerada é sujeita a regras. Não pode haver “bilionários” no socialismo, como os há abundantes no capitalismo.

Desconsiderada por Marx, essa diferença levou o marxismo a não perceber que a exploração do trabalho existente ao tempo do preparo do “Manifesto” decorreu das “relações de poder”, não das de “produção”. O poder do contratante era imenso; do contratado, nenhum. Essa situação nada tinha a ver com o esquema organizacional inter-

no, necessário para organizar o esforço de mover máquinas, peças e instrumentos de trabalho. O migrante rural, desconectado, semianalfabeto, isolado em si mesmo, ainda carente de qualquer organização sindical, ou aceitava os salários miseráveis e as condições indescritíveis do ambiente fabril, ou enfrentava o desemprego e a fome, unindo-se, em sua miséria e abandono, para constituir o “lumpen”.

Há outras imprecisões tão ou mais relevantes. Para firmar sua visão da “mais-valia”, Marx sentiu-se obrigado a destacar o papel do chamado “capital variável”, isto é, a mão de obra operária contratada na empresa capitalista. Não parece haver percebido que essa mão de obra é igualmente uma realidade da produção socializada. O socialismo tampouco dispensa o “capital variável” e também o remunera em níveis similares. Não se vê como poderia ser diferente no comunismo.

A “indústria” tem exigências técnicas e econômicas parecidas, em qualquer sistema organizativo. Por outro lado, a produção não depende apenas do operário na linha de montagem e, sim, da necessária interdependência de vários segmentos técnico-profissionais, como vimos anteriormente em referência ao “trabalho produtivo”. Já ao seu tempo, estava mais ou menos claro o surgimento crescente de extensa rede interconectada de saberes técnicos responsáveis pela produção. Reduzir “trabalho produtivo” ao realizado pelo operário de linha de montagem é lamentavelmente impreciso. Embora Marx não deixe de perceber o fenômeno, insiste no conceito de “capital variável” como aquele formado pelo trabalho simples.

Boa parte do primeiro volume de *O Capital* é dedicada a analisar a formação do “valor”, partindo de sua concepção de “trabalho produtivo” e, principalmente, da “mais-valia” como base da exploração. Nele, Marx segue os clássicos. Dá enorme destaque ao “tempo de

trabalho simples”, conceito que vinha de Adam Smith, e até de antes dele. Trata-se de posição teórica firmada desde os “Manuscritos de 1844”, de modo explícito no *Grundrisse* ou em *Contribuição à Crítica da Economia Política*.⁹

Seguindo a linha do socialismo vigente em seu tempo, Marx considera o “proletário” o único que merece ser chamado de “trabalhador”. A tese foi aceita sem maiores reflexões, a ponto de a sociedade moderna ter um dia dedicado à sua homenagem o dia 1^a de maio. Todo o resto não é “trabalhador”. Portanto, cientistas, tecnólogos, contadores, gerentes, técnicos de computação etc. são ociosos que vivem do produto que o operário produz!

Marx não confere papel estratégico ao que denomina “capital constante”, embora enfrente, ante si mesmo, enormes dificuldades para isso. Os bens de produção, isto é, máquinas, instrumentos, instalações, trata-os de maneira incidental ao longo de texto, muitas vezes a ele se referindo como “trabalho congelado”. Isto é, foi o operário invisível que o produziu no passado. Sempre o operário. Não obstante, é esta parte do sistema produtivo que devemos ao trabalho duro e cansativo do cientista, do pesquisador e do talento tecnológico. É ele que exige muito da gerência técnica e dos cálculos de depreciação. É parte que se torna cada vez mais decisiva na geração da riqueza.

Não lhe ocorreu refletir que, sem máquinas projetadas por engenheiros, a partir dos avanços da ciência, a indústria não existiria. Portanto, sem o trabalho da ciência e da tecnologia não haveria indústria, muito menos toda uma classe dela dependente, o proletariado.

Para ser correto, essa é sua ambivalência, porque Marx entrevê o fato. Mas sua impulsão ética não o deixa ir adiante na compreensão das inter-relações. Quando nos diz, por exemplo, que o “capital

constante consiste nas condições objetivas para *efetivação do trabalho* (grifo meu), admite sua importância.¹⁰ Mas essa “faísca” de luz sobre a importância do “capital constante” é observação que não desenvolve. Por quê? Porque ela contradiz sua tese da “mais-valia”! Por isso, fica com o proletariado como o único que realiza “trabalho produtivo”. E denuncia o dono do capital como alguém que vive da exploração desse trabalho.

O problema é não ser possível negar a realidade. E a iminente chegada da “robótica”, por exemplo, um derivado do avanço científico, terá efeitos devastadores nessa forma de ver a “mais-valia”. Ela será eliminada, pelo menos na versão proposta pelo reducionismo marxista, porque se reduzirá ou até se dispensará o trabalho operário na produção industrial do futuro.

Nesse caso, não tão longínquo como se pensa, como ficarão os defensores da “exploração do trabalho proletário”, como fenômeno básico para se entender a acumulação capitalista?

O fenômeno revela outro equívoco entrevisto anteriormente. Decorre de Marx aceitar, como já vimos, a proposição de Adam Smith de ser a “quantidade” de “tempo” gasta no “trabalho” o que define a formação dos “preços”. Não percebe que ao fazê-lo, mesmo que de maneira subliminar, torna sinônimo o trabalho “físico” do artesão medieval com o trabalho “físico” do operário moderno.

Numa economia de escambo, quando o caçador, o artesão ou o artífice sofisticado é o responsável pela produção “manufaturada do bem”, é aceitável pensar dessa forma. Mesmo assim, com restrições, porque se omite o esforço mental diferenciado de artesão para artesão, na forma e no estilo de se conceber o que se produz. Diferente da “maquinofatura”, na qual a produção é coletiva, padronizada, o

operário fabril não é quem concebe o produto que sai da máquina nem o responsável único por sua produção.

Por outro lado, a formação dos preços não depende exclusivamente do trabalho gasto no processo produtivo, como sabe qualquer economista principiante. Com valor de uso desgastado por inovações, ou mesmo anulado por elas, independentemente do preço em queda, o produto não vende e, se não vende, não há renda nem acumulação nem mais-valia.

Mais complicado ainda é considerar objetivo da revolução socialista lograr a “libertação” do proletário pela “expropriação dos expropriadores”, tese básica no “Manifesto”. Libertação de quê? Do emprego? Mas este terá de haver também no socialismo. Da rotina produtiva? Mas esta existirá em toda produção maquinizada. Do “jugo” do capital? Absolutamente improvável, já que o “capital”, indispensável à produção, será ainda mais exigente no socialismo futuro, sem sindicalismo, com tudo sob comando do Estado e de suas empresas. Haja vista o que houve na antiga União Soviética.

Obviamente, a mera substituição dos nomes dos agentes produtivos não altera a substância. A produção industrial, tanto a capitalista quanto a socialista, sempre exigirá “alguém” para mover máquinas, peças e matéria-prima; “alguém” para cuidar do lixo industrial e hospitalar, bem como da limpeza urbana diária. Nenhum proletário torna-se “livre” do exercício dessas funções só pelo fato de mudar o dono dos bens de produção, de privado para público, pelo menos antes da era da robótica.

Na prática, a “expropriação” desejada, “libertando” o operário, só poderia ocorrer extinguindo-se o sistema industrial. E, nesse caso, a catástrofe é geral! Há dificuldades também para se aceitar o que

insinua Marx e o que nos diz o marxismo: de que só uma “ditadura” de pensadores e agentes que não pertencem à classe operária poderia implantar o socialismo.

Parece óbvio a qualquer intelectual medianamente sensato que o proletariado não tem condições de “pensar a sociedade”. O fato acabou sendo aceito pelo marxismo. Daí, surgiu-lhes a ideia de fundar um partido capaz de liderar a classe e impor uma ditadura considerada como do proletariado, mas que, de fato, seria composta por intelectuais da classe média que falariam, agiriam e dominariam o poder político em seu nome.

Como? Por ação revolucionária direta, ou, no caso da proposta de Antonio Gramsci, pela indireta, mediante gradual e paciente ocupação do poder por líderes da esquerda revolucionária, o chamado “aparelhamento” do Estado, capaz de produzir a “hegemonia” dessa classe no poder.

O problema que se coloca de imediato é como cederiam, mais adiante, ao proletariado o poder conquistado e já até transferido à geração de filhos e protegidos? Talvez por imposição do “Espírito Santo”. Parece a única forma de se evitar que esses intelectuais se transformassem em nova classe dominante.

Ninguém, em juízo normal, vai admitir que num determinado tempo o poder seria transferido de bom grado e voluntariamente à classe operária, quando ela, finalmente, demonstrasse capacidade gerencial. Nem seria possível precisar esse ponto histórico por critérios objetivos, muito menos evitar que os intelectuais e eventuais operários ativistas que lograssem o poder não fossem cooptados pelos valores hedonistas, com mesas povoadas de iguarias e vinhos franceses, além de formas de vestir e de se comportar próprias dos milionários

capitalistas. Como lograr ascetismo e seriedade social ao estilo de Gramsci, nesse exército de excitados arrivistas sempre prontos a humanamente se corromper? Trata-se de mistério sociológico que nem os mais argutos metafísicos foram ainda capazes de resolver.

Resumindo, todo esse conjunto de “certezas científicas” são meros disparates. Resultam da transformação do “marxismo” numa simples “ideologia”; talvez, numa religião profana. A grande justificativa para essa aceitação só pode ser sua força ética. Ela sensibiliza as pessoas de talento, os estudiosos respeitados, além dos jovens dotados de firme senso de justiça social. Tem o efeito de um “ópio para intelectuais”, na expressão de Raymond Aron, parodiando o “ópio do povo”, frase célebre de Marx para definir a religião. Além disso, cumpre o papel de uma nova escatologia para as classes pobres.¹¹

O poder da ética pode não levar a ética ao poder, mas é, certamente, um elemento sedutor. Acima de tudo, bem o sabemos, desde os mitos gregos, não é possível matar a esperança sem transformar o homem em zumbi. Daí, a força de sobrevivência do marxismo.

Mas, a despeito de tudo, insistimos, não é possível eliminar a razão concreta para salvar a esperança vaga.

II – Capitalismo e Industrialismo

Proponho destacar agora o que já foi mencionado anteriormente: o risco teórico, a meu ver um dos responsáveis pela deformação do marxismo, de não se distinguirem duas categorias tratadas por Marx como sinônimos, que são o “capitalismo” e “o industrialismo”.

O “industrialismo” é um novo “modelo produtivo”. Fenômeno recente, mas já percebido como algo novo desde W. Perry e, adiante, Adam

Smith, firmando-se sua singularidade nos escritos de Saint-Simon. Ganha estatura singular no século XVIII, com a invenção da máquina movida a energia mecânica. A mudança por ele provocada mereceu nome específico: “revolução industrial”. Nessa fase, de parcelamento crescente do espírito pela força impositiva da especialização, como notou Max Weber, ganha força o conceito de “homem massa”.¹²

Mas Weber não o reduz ao capitalismo. O espírito capitalista é uma de suas consequências; a alienação, o fetichismo da mercadoria apontado por Marx, outra. E esta não poupa o socialismo de sua presença deformante. Representa o que pode ser chamado de males da “civilização”. Sua correção não está, absolutamente, em mudar de sistema produtivo, isto é, passar ao socialismo, porque, sendo ambos, “formas de se organizar” a produção e não de formar o ser humano na linha humanista, não alteram os fundamentos da questão existencial do homem moderno.

O capitalismo, por exemplo, nem tem sua origem na indústria! Sua origem se relaciona com a produção de “mercadorias” para trocas, portanto, é algo antigo. O “socialismo”, sendo a outra opção, é talvez ainda mais antigo. Durante os milênios do sistema de trocas tribais diretas de mercadorias por mercadorias, chamado de “escambo”, as relações de perfil socialista predominaram. Inexistia a propriedade privada. A produção não era de ninguém. Era da coletividade, repartida de modo paritário. Por tudo isso, em nenhum dos dois, antes da era industrial moderna, existia a fragmentação especializante e o fetichismo da mercadoria. Não se ignorava que o produto final era um filho do trabalho humano.

Hoje, como a base produtiva é industrial, a confusão domina o labirinto criativo. Não se sabe mais “quem” produziu a mercadoria. O

próprio Marx usa a expressão “hieroglifo social” para definir a situação produtiva. Só que não é privilégio negativo do capitalismo. O socialismo, como sistema produtivo industrial organizado em torno da produção fabril, tem, como indispensável, uma classe trabalhadora responsável pelo trabalho simples, que move seu maquinismo produtivo básico, totalmente ignorante de quem concebeu o processo e sobre quem é o responsável por ele, se é que há alguém que o seja. Mesmo quem o administra e dirige tampouco o sabe.

Os dois sistemas, sendo industriais, apresentam características básicas similares. As “relações de produção”, como vimos, são idênticas. Em ambos, capitalismo e socialismo, a estratificação social é pelo flexível e ágil sistema de “classe”; nos dois, aumenta a competição por *status* e emprego, num relacionamento social competitivo, cujo perfil pode até ser chamado de hobbesiano.

Para ser correto consigo mesmo, Marx teria de ser, antes de tudo, um crítico da “modernidade”. Aliás, na abertura de *O Capital*, é o que nos afirma como seu objetivo: “estudar a lei econômica que rege a sociedade *moderna*”.¹³ Notemos: não é o “capitalismo”; é a sociedade “moderna” que ele se propõe a estudar! Não o faz. Estuda apenas as leis que regem as “relações capitalistas de produção”, mesmo sendo boa parte dessas leis também reais no socialismo.

Elegendo o capitalismo e não o mundo moderno como objeto de estudo, Marx revela seu perfil ideológico. Por isso mesmo, algumas de suas conclusões chegam a limites quase cômicos. Vejamos um exemplo: na *Ideologia Alemã*, define o comunismo, meta a ser atingida pela humanidade, como regime que permite eliminar a divisão do trabalho social! Destarte, o homem comunista pode “dedicar-se, hoje, a isto e, amanhã, àquilo; caçar pela manhã e pescar à tarde ou alimentar seu

gado, indo, à noite, dedicar-se a escrever, sem ser necessariamente caçador, pescador, pastor ou crítico literário”.¹⁴

O que significa tudo isso senão definir o “homem comunista” como um aldeão neolítico modernizado? Seria imensa a tragédia social necessária para que o homem moderno pudesse, evidentemente, metido em suas aldeias, “caçar, pescar e alimentar o gado”. Nem um *science fiction* às avessas, como o conhecido “Planeta dos Macacos”, igualaria o mundo da *Ideologia Alemã* e o proposto pelo “Manifesto”. Esse utopismo abstrato é seguido pelo “Manifesto Comunista”.

Marx expõe, nos dois textos, o conceito de “sociedade comunista sem classes” e sem “desigualdades funcionais”, ou “especializações alienantes”, insistindo até o fim no tema, como vimos anteriormente, na *Crítica ao Programa de Gotha*. Neste texto, repete a *Ideologia Alemã*. Só no “comunismo” pode, finalmente, ser abolido o deformante fenômeno da “divisão do trabalho social” e sua decorrência lógica, a “especialização”.¹⁵ O “proletário”, enfim, não arrastaria consigo os grilhões que carrega agora em sua odisseia diária.

Para aceitar tudo isso e, ao mesmo tempo, assegurar e até acelerar a produção da riqueza industrial, temos de nos valer da “fé”, não da “ciência”!

Pior, bem pior foi o feito dos marxistas posteriores. Não perceberam a extensão desses absurdos, porque nem mesmo no “País da Cocanha” – antigo mito medieval – foi construído um paraíso mais completo que o imaginado no comunismo marxista da *Ideologia Alemã*, bem como na “expropriação dos expropriadores” do “Manifesto”!¹⁶

Acreditamos tratar-se da força do carisma. Quem melhor desenvolve o tema é Max Weber, vendo no “carisma” a força capaz não só de

dar coesão ao poder, mas também, do lado oposto, de romper com as tradições e provocar revoluções.¹⁷ Pois foi essa força, bastante visível na personalidade de Marx, que parece haver atordoado homens competentes. Porque Marx nada escondeu. Nunca foi um impostor. Ao contrário, tratou em sua obra de mostrar-se inteiro, redondo e claro, para quem quisesse acompanhá-lo na aventura intelectual de dissecar a anatomia do “seu” capitalismo, tal como ele o via, com “suas” relações de produção.

Mas os talentosos marxistas preferiram ignorar tudo isso e, obedientes, talvez, à herança de Rousseau, viram na civilização capitalista a causadora da desigualdade. Mas Rousseau não foi crítico do “capitalismo”, e, sim, da civilização material! O objeto de sua crítica foi, de fato, o que deveria haver feito Marx, a vida “moderna”, o industrialismo, a sociedade de massas. Sua condenação era contra a “forma alienada da vida moderna”.

Se indagado para considerar o tema dentro da visão marxista, seguramente afirmaria que o proletariado, “expropriando os expropriadores”, não alteraria nem de leve a forma mecanizada, coletiva, anônima de como funciona o trabalho nos centros industriais. Destarte, uma nova elite funcional seria criada, porque não se eliminaria a necessidade de gerar excedentes. Muito menos a hierarquia e a especialização. O mesmo operário mal pago da linha de montagem industrial ou das funções de limpeza e lixo por lá seria encontrado. Impossível eliminar as funções de gerência, só porque uma grande empresa, “expropriando os expropriadores”, passa à propriedade estatal.

Os caminhos da justiça social não são contemplados com o receituário da revolução comunista. O dilema é como contornar o grave problema da ostentação de riqueza líquida inútil, do consumo conspícuo,

como diz Veblen. Mesmo porque, em termos de “pompa e circunstância”, não há diferença visível entre ter 90 bilhões de dólares ou 1% disso, 900 milhões de dólares! A indagação deveria ser: o que está acontecendo com o processo de distribuição da renda que favorece absurdos como esses?

Por outro lado, especializar é o “destino manifesto” de qualquer futuro sistema industrial e pós-industrial, incluindo o de perfil comunista. O que se pode fazer é encontrar fórmulas educacionais que diminuam o dano da alienação ante a vida, o trabalho e a visão do “outro”, hoje transformado em “coisa”.

III – A ditadura do proletariado

Anteriormente, vimos os embaraços teóricos envolvidos no conceito de “ditadura do proletariado”. Cabe-nos, agora, ver sua repercussão, num dilema conceitual que Marx acabou criando para ele mesmo. Ao considerar, em sua obra, os caminhos que levam ao socialismo como forma alternativa de organizar a sociedade, “expropriando-se os expropriadores”, pela ditadura do proletariado, vê-se forçado a duas coisas desagradáveis: negar a capacidade de pensar, criticar e agir do proletariado, de um lado, e negar o “determinismo histórico”, de outro, provocando, de modo elitista, e pela força da ação voluntária, rompimentos não previstos na lógica do sistema.

Na verdade, desde quando se decide a escrever *O Capital*, mesmo em condições precárias e com saúde abalada, o faz por reconhecer a necessidade de um esforço pedagógico para colaborar com o proletariado no processo de formação de sua consciência de classe. Sem teoria competente, perde-se a prática num anarquismo irresponsável. Claramente, a confiança de Marx na capacidade intelectual autônoma

do proletariado para captar as bases econômicas de sua posição vai perdendo vigor com suas decepções seguidas.

Se isso é forma de “elitismo” ou não, depende de quem o avalia.

Ao escrever em 1875 uma crítica vigorosa contra o livro de Bakunin, *Estatismo e Anarquia*, publicado em Genebra, em 1873, concebe, pela primeira vez e ainda de modo teoricamente vacilante, a “ditadura do proletariado” como forma de organizar a luta contra a “ditadura da burguesia”, “expropriando os expropriadores”.

Notemos bem: a expressão “ditadura do proletariado” não aparece uma vez sequer no “Manifesto” nem no *Grundrisse*, muito menos em *O Capital*. Töennies já o havia notado.¹⁸ Também não se apresenta na radical e apaixonada *Ideologia Alemã*. O termo vai surgindo como conceito induzido, devido à percepção tardia de Marx sobre o nível da competência gerencial de uma classe despreparada culturalmente para o exercício do que, para Marx, seria seu destino histórico.

Na verdade, é somente em Lenin que, afinal, ganha densidade. Lenin destaca o papel do Partido Proletário, concebido como um partido de vanguarda, dirigido por intelectuais engajados, para promover a revolução, abrindo-se mais rapidamente a rota ao “comunismo”. O que se propõe, de fato, é uma ação voluntarista. Um Partido Proletário com esses objetivos teria de negar a tese da espera pelo amadurecimento de condições objetivas para que fosse possível a revolução, tese básica do materialismo histórico, tal como vemos na definição famosa de Marx.

Marx era um humanista. Mas parece conveniente, à luz do que nos escreve, acrescentar: um “humanista abstrato”.

Raciocinando em termos de “blocos coletivos” como “classe social”, “proletariado” e “burguesia”, o que ele nos propõe são abstrações. Por isso, não chega a perceber o que de individual, desigual e humano existe em cada homem comum, aquele com o qual nos defrontamos em nossos relacionamentos, indivíduos que encontramos em cada esquina da vida.

O “proletariado” não é um conjunto de anjos que, uma vez no poder, garantirá a justiça social. É composto de indivíduos diferenciados, alguns ambiciosos, a maioria conformada de crentes religiosos, alguns brutais, outros ambiciosos e cínicos, muitos complacentes e tímidos, alguns grosseiros, misóginos, sujos de mente e corpo, outros pacientes, bons, prudentes e limpos, quase todos carentes de formação educativa. Entre eles, há de tudo, como em qualquer classe social. Não há nenhum motivo para se crer numa “ditadura do proletariado” diferente de qualquer outra. Talvez, por isso, por não pensar no indivíduo e, sim, em blocos sociais, não tenha avaliado ser impossível reduzir os dilemas existenciais do homem a comportamentos coletivos de classe.

“Forma” de ser social não define a “essência” pessoal.

A partir dessas considerações, parece razoável compreender que muito lhe veio da repulsa ao que existia na época em que viveu e escreveu. A forma de “capitalismo” emergente nos séculos XVIII e XIX motivou em muitos, não só em Marx, críticas iradas. Com sua forma de explorar o pobre migrante rural desprotegido, seu egoísmo estimulado, suas iniquidades praticadas com soberbo descaso, a sociedade capitalista embrionária, objetivando suas “relações de poder”, era boa representação do inferno bíblico para grande número de pessoas. Embora os valores fossem outros, fazendo daquela época algo normal e até divertido, por exemplo, o espetáculo público da morte pela força de

criminosos condenados, não nos é possível admitir uma indústria funcionando livre de restrições quanto à segurança, higiene, horário e salários. Algo teria de ser feito e foi feito.

Havia ainda outros. Era desumano o emprego de mulheres e crianças durante 12 e, às vezes, 15 horas por dia, fato normal até meados do século. Usar crianças, devido a seu pequeno tamanho, para limpar chaminés e penetrar nas profundezas estreitas de uma mina de carvão é algo impossível de ser aceito hoje, até para corações de pedra. Insensato o descuido com cuidados sanitários e com as proteções indispensáveis a quem lida com máquinas, podendo aleijar-se a qualquer momento, além da ausência de qualquer tipo de indenização pela perda do emprego, para não falar no abandono total com a chegada da velhice.

Mas tudo mudou relativamente rápido, embora Marx pareça não levar muito a sério esse fato. Já em 1848 passava a lei das dez horas de trabalho, e, nos tempos do Marx adulto, o Estado já começava a conter alguns desses excessos.

Marx acaba usando em sua obra parte dos relatórios de inspetores de fábrica, funcionários do Estado burguês. E não esconde sua admiração por homens de coragem que, no exercício de suas tarefas de inspetoria, não se furtavam a denunciar abusos.¹⁹ Lamentável não haver percebido tudo isso como parte da dialética transformativa do sistema.

Como esses foram os tempos em que Marx viveu e a realidade que o impressionou, parece correto afirmar haver sido um pensador do século XIX, em revolta contra os tempos. Mas o “marxismo” é, sem dúvida, uma ideologia do século XX e deveria realizar as devidas adaptações. Especialmente relativizando, ou mesmo eliminando, o

conceito esdrúxulo, antissociológico e contra a teoria gerencial, de uma “ditadura do proletariado”.

IV – Capitalismo Mercantil e Mais-Valia

Marx define o capitalismo como um sistema produtor de “mercadorias”.²⁰ O conceito é reducionista. Os fatos não se ajustam a ele. Como realidade econômica, a “produção de mercadorias” antecede ao capitalismo. Remonta ao Neolítico, ao “escambo”, ou à troca direta de mercadorias; e, no mundo moderno, o socialismo também produz e troca “mercadorias” num mercado impessoal.

Por outro lado, para existir “mercadoria”, isto é, produto não dirigido ao autoconsumo e, sim, à troca, é imperativa a geração de excedentes e a organização de um sistema de trocas. Destarte, parece lícito concluir que o capitalismo não se caracteriza por ser um sistema “produtor de mercadorias”, mas, sim, um sistema “produtor de lucros privados”. E a característica que decisivamente o define é dele decorrer insustentável concentração da riqueza social.

Ao estudarmos a vida econômica das primeiras economias humanas, como o faz Marshall Sahlins, vemos como o perfil econômico do sistema de trocas era, nitidamente, “socialista”.²¹ Nas trocas, o processo mantinha condições de relativa igualdade, com o valor das mercadorias medido pelo tempo de trabalho gasto em sua produção, e, principalmente, pelo caráter diferencial de suas utilidades no suprimento das carências.

Tão logo, ainda em pleno Neolítico agrícola, o consumo começou a exigir diversificação de produtos, o “escambo” provou ser um mé-

todo de trocas deficiente. O que se desejava não era oferecido. E o oferecido estava longe de ser o desejado.

Tornou-se imperativo algo mais flexível. Ações individuais tornaram-se necessárias para saber onde encontrar o que se necessitava. “Alguém” teria de cumprir essa função de contatos e transporte dos produtos oferecidos à troca. E este “alguém” teria de ser compensado economicamente, ou não poderia viver. Sendo obrigado a deslocamentos constantes, não poderia ser, ao mesmo tempo, produtor de bens. Teria de viver do excedente gerado pela troca e revenda do produto feito “por outros”, não por ele. O objetivo de “lucro”, portanto, torna-se decorrência lógica do comércio primitivo.

Com o sedentarismo agrícola impondo a formação do Estado pela união defensiva das aldeias contra os ainda nômades caçadores, vai-se tornando necessária a criação de novas instituições.

Aos mercadores competia sanar carências de consumo e regular a produção, manter a rede de ligações e a abertura de mercados. Ao Estado cabia assegurar a ordem. Ao templo dar sentido legítimo à vida e à sociedade. Aos guerreiros, garantir a eficiência da defesa. Esses segmentos sociais básicos se definem desde logo e, com o tempo, vão alargando sua faixa original de poder.

A função de “mercadores” da produção alheia ganhava relevo e indispensabilidade. Tornou-se a base dos grandes impérios, como o dos assírios e babilônios, o egípcio, o hitita, o cretense. Chegaram ao poder nas cidades-estado, que passam a se especializar em comércio, como as fenícias no Mar Mediterrâneo. Mais adiante, nas repúblicas do Renascimento.

O que se pode notar é que, em qualquer dessas sociedades, vão surgindo das práticas mercantis as primeiras “relações capitalistas” modernas. Marx analisou algo dessa fase, mas percebeu-a já em seu estado avançado de sofisticação econômica. Por isso, batizou-a com o nome, aliás, adequado, de “capitalismo mercantil”,²² fase da adoção da moeda e da letra de câmbio, para garantir a certeza do retorno comercial.

Em sua forma madura, o chamado “capitalismo mercantil”, como seus antecedentes embrionários e seu sucessor moderno, o “capitalismo industrial”, eram similares como “fonte de acumulação de capital”. O que atinge, em cheio, a tese marxista da “mais-valia”. A acumulação se dá pela diferença entre preço de compra e de venda, devido à desigualdade relativa dos valores de uso.

Nos tempos “mercantis”, sua fonte, portanto, era o “comércio” dos produtos, não necessariamente sua “produção”. Em torno do comércio girava o eixo econômico. A forma restritiva como Marx percebe o fenômeno da acumulação do capital nos parece uma simplificação do que, de fato, aconteceu na história. Houve diferenças claras, é certo, não no objetivo de acumulação. Este sempre foi o de buscar o lucro e as reservas necessárias para futuros reinvestimentos, além de lograr o necessário para nivelar os custos do processo, pagando dívidas anteriormente contraídas.

Quanto ao tipo de trabalho produtivo, também há diferenças. Nas sociedades mercantis, por exemplo, predominava a “manufatura”. O produzido decorria do trabalho individual do artesão. Eles produziam os bens e os vendiam, parte para uso direto, parte para comercialização indireta.

No capitalismo moderno de base industrial, a produção deixa de ser individual. O trabalho é coletivo. O “produtor” não é identificado. Daí, o produto assumir a forma de um “fetiche”. Só que não é o capitalismo o vilão, porque o mesmo fenômeno acontece no socialismo.

Enquanto o artífice e o agricultor têm, diante dos olhos, o resultado completo de seu trabalho, por isso mesmo, vendo como tudo depende de sua capacidade pessoal de criar a “mercadoria”, o trabalhador da indústria moderna não a vê surgir inteira de sua ação, não é seu dono nem pessoalmente responsável por ela. Portanto, ao reduzir a produção de mais-valia à fase da produção, Marx torna o cálculo do “excedente”, realidade claramente perceptível no capitalismo mercantil, um mistério insondável na dinâmica industrial.

Há outro aspecto a considerar. Não será impreciso dizer que os financiadores da produção moderna, privados ou públicos, são imbuídos do que Weber veio a identificar como tendo no “lucro” e em sua acumulação o objetivo de sua atividade. Weber o denominou “espírito capitalista”. Não obstante, os financiadores, produtores e mercadores da fase mercantil também revelavam o mesmo espírito. E, por ironia, ele é similar também ao que predomina nas relações econômicas do socialismo moderno. O que varia no socialismo é a destinação social do “acumulado”, não o processo nem a necessidade da “acumulação”!

Para entender o sistema econômico, é importante aceitar que nem a produção de mercadorias nem o monopólio da acumulação de capital, por parte de seus donos, são particularidades do sistema “capitalista moderno”, como pensava Marx.

A relação entre os dois sistemas não fica apenas na motivação comum. Ela é historicamente clara. Muitos aperfeiçoamentos institucionais que

marcaram o capitalismo industrial tiveram origem na fase mercantil. Bens vendidos em locais distantes, terras estranhas, com costumes e idiomas diversos, criavam dificuldades imensas. Geraram a necessidade de se fixar um valor de referência, no caso a moeda metálica para facilitar as trocas. O capitalismo mercantil, portanto, inovou e flexibilizou o mundo dos negócios. E tanto o capitalismo industrial quanto o socialismo moderno dele se aproveitaram. A “moeda” surge com essa finalidade simplificadora, tornando bem visível a finalidade da “troca com fins de lucro”. Desde os tempos dos gregos e romanos. Desde a Assíria e o Egito.²³

Mais adiante, com os banqueiros renascentistas, a busca do lucro e da acumulação progressiva dos ganhos comprova como o processo de acumulação do capital foi intenso, negando mais uma vez, histórica e sociologicamente, o reducionismo marxista da “mais-valia” ligada apenas à fase da produção. Nesses tempos, surgiram mercadores e banqueiros que se tornaram milionários, acumularam capital e se tornaram os novos senhores do poder. As companhias de comércio do pós-Renascimento, especialmente na Holanda, tiveram o mesmo objetivo.²⁴ Todos gerando “excedentes de valor” em suas práticas de troca e de financiamento comercial.

Portanto, não é correto limitar objetivos de “lucro” nem a forma de ser social de seus agentes ao capitalismo industrial dos tempos de Marx.²⁵

V – Sistema Produtivo Moderno

Aceita a diferença conceitual, histórica e funcional do “industrialismo”, podemos entender o “capitalismo”, tal como se firmou no Ocidente atual, como forma econômica e socialmente opcional de se ordenar as relações de produção. O socialismo seria a outra.

Sendo similares em quase tudo diferem exatamente em quê?

Diferem, porque um tem por núcleo produtivo a propriedade privada e a iniciativa individual; o outro a propriedade pública e a iniciativa estatal.

O fato altera a forma de se “redistribuir” a riqueza gerada. Mas pouco ou nada tem a ver com a de “produzi-la”, a não ser na, talvez, mais eficiente dinâmica que caracteriza a iniciativa privada. Por serem ambos sistemas de produção industrial, o “capital” torna-se, nos dois, indiferentemente de quem controla os bens de produção, o centro estratégico do sistema. Nos dois, emprega-se mão de obra igualmente assalariada, operários, gerentes, engenheiros. Em ambos, é a massa de trabalho simples a que se incumbe do esforço físico necessário à movimentação nas linhas de montagem, ou no “chão de fábrica”. A eliminação do “capital” como forma de poder, como defende István Mészáros, não parece ser a solução.²⁶ Suas necessidades similares modelam sistemas educativos, com ênfase na especialização, bem como a formação de valores adaptados a um tipo de vida coletiva, que exige o relacionamento social entre anônimos.

Sendo ambos conjuntos históricos cujos traços básicos se assemelham, perde qualquer sentido a famosa “libertação da classe proletária” como reduzida à problemática social do “capitalismo”. No caso, trata-se de fantasia de mentes abstratas que descartam as realidades socioeconômicas do “industrialismo”, as quais definem forma similar, senão igual, de produzir mercadorias para o mercado de consumo.

A crítica existencial marxista aos valores burgueses do “capitalismo” e à exploração do operário, portanto, é o caso curioso de uma crítica cuja verdade está fora de seu alvo. Como viam os contemporâneos de Marx, especialmente Carlyle e Coleridge, esse alvo devia ser a degradação profissional imposta pela máquina e a deformação dos

valores que surge do esquecimento do Ser e do fetichismo da “coisa”. Enfim, a vida que surge com o “industrialismo de massa”.

Seguramente, seria importante examinar as formas de distribuição e de concentração da renda gerada, bem como os incentivos para investir. Nisto, sim, há diferenças. O capitalismo receberia avaliações diferentes na comparação com o socialismo. Mas jamais a crítica sobre a rudeza do trabalho operário poderia ser atribuída apenas ao capitalismo nem sua exploração pelo “capital”, porque esta é a mesma nos dois. Ou as empresas geram “mais-valia” ou “quebram”.²⁷ Por isso, a pressão para o aumento da produtividade é semelhante.

Por outro lado, é bem desacertado atribuir o surgimento da “indústria” à ação de uma única classe, como o faz o marxismo. A “burguesia” capitalista nunca foi assim tão genial e poderosa! E a indústria é resultante de muitas variáveis, cujo centro dinâmico tem a ver com a ciência e a tecnologia, muito mais que com ações de classe.

A burguesia, inicialmente mercantil, foi a maior “beneficiária” dos avanços históricos que causaram a revolução industrial. Jamais pode ser entendida como sua “causa”. A maior parte dos cientistas, tecnólogos e inventores não eram burgueses. Alguns eram até aristocratas, mas sua maioria de origem humilde, esforçados trabalhadores por conta própria. Houve até barbeiros – cirurgiões inventando coisas. É só ler um pouco sobre a história da Revolução Industrial para se refutar completamente a fantasia histórica da “revolução burguesa”.

A conhecida e poética passagem anotada no “Manifesto”, com a qual Marx finaliza sua crítica à burguesia, a ela atribuindo os males formativos do mundo moderno, é injusta.²⁸ O tipo de valor anti-humanista no qual se “esfuma o que nos é sólido e se profana o que nos é sagrado”, é uma resultante do “industrialismo”. Não será

a substituição da burguesia por uma tecnocracia estatal de ativistas partidários que corrigirá os erros existenciais que nos atormentam.

Marx, em sua persistente posição antiburguesa, a ela atribui caráter “parasitário”, por viver da exploração do proletário. Como se dá essa exploração? Ela resulta de o empresário contratar “não o trabalho” a ser feito pelo operário, mas sua “força de trabalho”. Tese que surge de modo embrionário nos “Manuscritos de 1844”, muito devido a Pecqueur, e que se transforma na base de *O Capital* e no centro da inovação de Marx em relação aos clássicos.²⁹

Qual o custo dessa “força”? O mesmo que o de qualquer mercadoria: o valor de sua produção. E como ela se produz? Dando condições ao operário de sobreviver. O salário terá de ser, portanto, igual ao custo dessa sobrevivência.

Escuso-me de maiores detalhes, já que o citado trabalho de Ernane Galvêas o faz. Basta destacar, para efeito de maior coerência temática, que a força de trabalho é, na visão de Marx, usada para produzir riquezas durante toda uma jornada, enquanto o salário, que cobre os custos da sobrevivência, representa uma fração desse tempo. Há um diferencial que não é devolvido ao trabalhador e, sim, apropriado pelo empregador. Para Marx, essa apropriação é o segredo da acumulação de capital. É a fonte da “mais-valia”, reduzida ao aspecto produtivo. Compete-nos, agora, examinar certas consequências.

Marx não parece ver a produção resultar de um tipo de esforço coletivo. Se o fizesse indagaria, qual a parte ínfima do produto global que pode ser atribuída ao indivíduo que passa o dia a apertar parafusos. Como se define essa parte? E uma vez definida, onde tem início o momento em que, daí por diante, o resultado de seu trabalho não lhe é devolvido em salário?

O cálculo da “mais-valia”, num tipo de trabalho complexo de grupos diferenciados, anônimos e coletivos, onde se torna impossível definir a contribuição de cada um para a produção final, torna o conceito marxista um mistério matemático que nem *software* de última geração consegue decifrar.

Podemos ser mais precisos ainda. Qual a parte, por exemplo, que se deve à ação de uma gerência eficiente? Dos engenheiros, dos supervisores de linha etc... Já vimos que Marx reconhece a importância da gerência. Diz ele: “A mais-valia correspondente a determinado capital variável (leia-se força de trabalho assalariada), ‘depende muito da capacidade profissional do capitalista ou de seus superintendentes e empregados’”.

Por que não lhe ocorreu, então, inferir existirem diferentes “formas de trabalho” produtivo? Mais ainda. Quando se refere à importância do capital constante, mostra como o proletário depende dos bens de produção que maneja. São eles que agregam riqueza.³⁰ Uma vez completado o produto, é preciso comercializá-lo. Há o problema da “venda”.

Em sua primeira abordagem do tema, no primeiro volume de *O Capital*, Marx passa meio apressado sobre o tema. Destaca ser a finalidade específica da “mercadoria” ser produzida para “venda” no mercado. Mas não indaga de si mesmo o que isso significa!

Tentemos responder ao que não foi indagado: significa que “em não havendo comprador”, seria inútil reduzir o cálculo da “mais-valia” analisando o processo produtivo. Isso porque a produção, em si mesma, não iria gerar valor algum ante a recusa do mercado. Muito menos “mais-valia”.

Para ser justo, podemos dizer que Marx, no texto sobre “circulação das mercadorias” contido no terceiro volume, introduz a variável “venda” como sendo, na verdade, a decisiva. Repetimos, a “decisiva”! Diz claramente: “O excedente de valor só se realiza no processo de circulação”, isto é, depois de o produto completar seu ciclo econômico, da produção à venda.³¹ É o mesmo que negar a redução da mais-valia ao processo produtivo.

Há algo a merecer consideração. Investir contra a realidade não o deixa elaborar, em todo *O Capital*, nenhum gráfico em que se cruzam as linhas relativas à taxa de investimento geral comparada à taxa de “falências” anuais. Seguramente, porque essa linha revelaria não estar “na produção em si mesma”, o segredo da acumulação e, sim, no preço, na qualidade, utilidade e quantidade em que essa produção chega ao mercado de consumo. Quando algo falha, o produto não vende ou vende mal, e o prejuízo é certo.

Parece que, para Marx, esse drama tão comum, a “perda da capacidade de vender”, abrindo o caminho para a falência ou pelo menos a concordata, não existe. Para ele, o “risco” do investidor é uma ficção burguesa. Se nada nos diz sobre a “falência” como fato real, torna legítimo supormos que esse reconhecimento torna fatalmente vulnerável sua conceituação do mecanismo explorador. Marx se nega a examinar a realidade econômica sob a perspectiva do “mercado”, da “utilidade marginal”.

Ofende gravemente Proudhon, chamando-o “charlatão” pelo “crime” de considerar o valor como igual ao preço de custo, e o lucro como decorrente “da venda da mercadoria acima do valor”. Com essa observação, Proudhon fixa a relação entre preço de custo e mais-valia como dependente das “condições da venda”, o que, para Marx, é heresia intolerável.

IV – Origem

Como pode o “marxismo” ter logrado tanta força de convicção, sendo tão desacertado com a realidade? Qual a origem do fenômeno? Não seria equivocado atribuir seu êxito a epígonos deslumbrados pelo “carisma” de Marx, pela exibição objetiva da sua vontade de poder.

Marx tinha personalidade forte, dominante. Mesmo afirmando, como o fez no prefácio do primeiro volume, que estava aberto a críticas, nunca as tolerou. Faz pouca justiça aos estudiosos a ele contemporâneos, que despreza como “economistas burgueses”, “falsários”, “sicofantas da burguesia”, “charlatães”, ou simplesmente ignorantes. Nunca admirou a humildade. Era um ativista certo de dominar o cenário da verdade.

Não obstante, esta não parece razão decisiva. Afinal, houve outros “donos da verdade”. Saint-Simon foi um deles. E não gerou o impacto emocional de Marx. Portanto, o enigma exige explicações. E ter sido o marxismo um feito póstumo nos ajuda a propô-lo. Porque esse atraso histórico do marxismo significa que a repercussão de sua obra foi relativamente modesta no período em que viveu. O que era para ser a fonte de uma tempestade mundial acabou sendo pequena marola local, na expressão de Mary Gabriel.³²

O imenso alarido moderno sobre sua importância à época do “Manifesto” é robusto anacronismo. Vejamos os fatos. Marx produziu, entre a década de 1840 e fins da de 1870. Não, como afirma Alan Swingewood, entre as décadas de 1840 e 1850. Esse é erro histórico grave, difícil de ser perdoado num estudioso tão competente.³³

O Capital foi publicado em 1867. E só o primeiro volume. Era pouco ou quase nada o que se conhecia de Marx, até então, isto é, nas

décadas de 1840 e 1850, período considerado estratégico. O texto que teve certa repercussão, à época de sua vida, foi o “Manifesto Comunista”. Mas foi logo esquecido. Alguns escritos esparsos sobre a situação política da França, como *O 18 de Brumário* e *Guerras Cívicas na França*, não chegaram a ser sucessos editoriais. Muito longe disso.

Nada mais do que havia produzido era do conhecimento dos intelectuais eventualmente interessados. E estes não eram muitos. O *Grundrisse*, por exemplo, como texto completo, não foi publicado em vida. Pode-se listar também a *Contribuição à Crítica da Economia Política*, parte solta do *Grundrisse*, publicado em 1859, no qual formula seu já antigo conceito de materialismo histórico. Em *O 18 de Brumário*, por exemplo, lá está ele, logo no início.³⁴ Na verdade, surgira, de forma embrionária, desde seus anos de jornalista. Mas sua elaboração consistente se deve à obra de 1859, a *Contribuição*.

Como basicamente escrevia em alemão, razoável aceitar ser pouco divulgado no meio acadêmico e nos círculos intelectuais da Europa anglo-francesa. A tradução russa de 1872 mereceu, é certo, críticas positivas, talvez, até entusiásticas de revistas técnicas locais, mas, convenhamos, o russo estava bem longe de ser idioma universal. Marx, reproduz, com encanto, trechos dessas críticas no prefácio à edição francesa.³⁵ Kautsky, um dos poucos jovens contemporâneos impressionados positivamente pelas propostas de *O Capital*, publicou, em 1874, suas reflexões pessoais com base naquele texto. Tornou-se um fiel estudioso de Marx. E foi quem reuniu, mais adiante, a história do conceito de “mais-valia”.

Acabou sendo conhecido como o quarto volume de *O Capital* e foi publicado por este fascinado Karl Kautsky, entre 1905 e 1910, a partir das notas e reflexões de Marx. Isto é, mais de 20 anos depois de

sua morte, porque as volumosas notas soltas foram relegadas, como Marx se refere a seus escritos da juventude, à “crítica demolidora dos camundongos”.

Os primeiros economistas já haviam se preocupado com a dinâmica da geração de excedentes sobre o custo geral. A inovação de Marx foi mostrar a gênese do processo na compra da “força de trabalho”. A tese não teve maior impacto à época. Mesmo porque os interessados na opção socialista não eram muito numerosos. O que ainda era prioritário no período de sua vida era a luta liberal. Aliás, o próprio Marx reconhece o fato. Seus primeiros artigos no *Gazeta Renana* o revelam.³⁶ Luta que se iniciara na Inglaterra, no século XVII, e culmina com a Revolução Francesa.

Na primeira metade do século XIX, estava-se ainda em pleno processo de legitimação da ideia republicana. O objetivo era reorganizar o mundo pós-Napoleão. Os burgueses travavam uma luta difícil com os defensores da Restauração, sob o comando de Metternich. A aristocracia, em torno do poder real, ditava a agenda dos dias.

No fundo, o século XIX ainda andava meio alheio ao destino de um proletariado mofino, como classe emergente e restrita a poucas cidades industriais. O que o preocupava era o desenlace da luta secular da burguesia contra os aristocratas que dominavam o poder.

Mesmo já bem entrado o século XIX, o tema “socialismo” não interessava à sociologia iniciante. Fora da área de influência de Saint-Simon, não havia maior interesse pelo tema. Haja vista que Comte, este contemporâneo de Marx, fiel discípulo de Saint-Simon, não o considerou em seu sistema.

O primeiro partido político importante, de perfil socialista, foi criado na Alemanha, em 1875, o Partido Social-Democrata, unindo dois pequenos partidos, um fundado por Lassale, outro por Liebknecht. Mesmo assim, dedicava-se à luta pela melhor condição de vida do proletário, pelo acesso ao poder do Estado, não necessariamente à “revolução socialista”.

Quanto aos economistas, a nova ciência ia se consolidando pouco a pouco com, James Steuart, Adam Smith e David Ricardo. O suíço Simondi, que, aliás, tem a preferência e o respeito de Marx, foi, entre eles, o único que variou, e já ao fim da vida, na segunda década do século XIX, quando Marx nascia, escreveu com tonalidades pouco simpáticas às formas de produção capitalistas.

Não obstante, em fins da década de 1860, o mundo dos economistas, mesmo depois de publicado o primeiro volume de *O Capital*, ignorava Marx. Não parece historicamente incorreto dizer que seu nome tardou bastante para ser levado a sério como estudioso da economia.

Como nos diz Kolakowski, na frase com a qual abre seu magnífico estudo sobre o marxismo, Marx era entendido “como um filósofo alemão”. Isto é, obscuro, abstrato, complicado, hermético. Pode até ser implicância nacional polonesa, mas nela há boa dose de verdade na descrição da época.³⁷

Seu último livro, *Crítica ao Programa de Gotha*, culminando seus ataques a Lassale, que havia desaparecido desde 1864, morto num duelo de honra, só foi publicado em 1891. Já estávamos no fim do século, quando, finalmente, o interesse por Marx começou a ganhar certo corpo.

Sua obra basilar seguia reduzida ao primeiro volume. Escrita inicialmente em alemão, com tiragem pequena e divulgação quase nula,

acabou limitada aos interessados no socialismo alemão. Tanto que a edição tardou seis anos para se esgotar. A segunda edição finalmente surgiu em 1873, mas ainda em alemão. Entre as duas edições, houve a já referida tradução russa em 1872. Mas a primeira edição francesa é de 1875, e a inglesa só vem a público no ano da morte de Marx, em 1883.

Note-se. Estamos falando somente do primeiro volume, porque *O Capital*, em sua íntegra, tal como veio a ser conhecido no século XX como a base do “marxismo”, só começou a ser publicado por inteiro no decorrer da década de 1890, pelo esforço obstinado de Engels, reunindo fragmentos de textos e ordenando as notas redigidas quase em caligrafia ilegível. Teve o apoio da filha mais nova de Marx, Eleanor. E o volume sobre a “mais-valia” só depois da virada do século. Alguns trabalhos soltos publicados em jornais literários e revistas técnicas não chegaram a ter alcance significativo.

Falar de “marxismo”, naqueles tempos, portanto, nos parece anacronismo evidente. Engels, este grande amigo, se esforça em revelar alguns economistas que já se interessavam por Marx e comentavam sua obra. Eram nomes sem maior importância. Em geral, a obra não era muito conhecida. Marx acabou por se tornar um nome respeitado como ativista operário. Similar a Weitling, com alcance até menor, porque Weitling era proletário, um alfaiate que logrou estudar e escrever textos divulgados e bem aceitos sobre a situação do proletariado.³⁸

Bakunin, Lassale, mesmo depois de desaparecido, e principalmente Proudhon, dividiam a atenção da época. Proudhon, também de origem humilde, era o mais conhecido deles. Marx foi surgindo aos poucos. Ao ser expulso ainda jovem da Prússia, não o foi por ser socialista. Lutava contra o reacionarismo da aristocracia, o que o fizera

alvo da censura. Tanto que seus artigos de estreia foram escritos num jornal financiado pela burguesia renana, o *Gazeta Renana*, a convite de Arnold Ruge, bem mais conhecido que ele. Dirigidos contra o poder da aristocracia semifeudal, não tinham como alvo a dinâmica exploratória do capitalismo industrial, o que só nessa época começou a interessar a Marx.

Expulso da Prússia, instalou-se com a mulher, Jenny, precariamente, em Paris. Lá, entre os emigrados e os ativistas, conheceu o amigo de toda a vida, Engels. Procurou Proudhon, 11 anos mais velho e com ele muito aprendeu, em noites de conversa e considerações sobre o socialismo. Posteriormente, já como defensor e ativista do ideário socialista, foi expulso também de Paris pelo governo Guizot. Abrigou-se na Bélgica, onde ficou por uns três anos, para ser também de lá exilado, dessa vez, em definitivo, para a Inglaterra, Londres. Essa sucessão de expulsões sem dúvida aumentou seu prestígio entre os ativistas da esquerda europeia.

Nessa época, Marx já era um dedicado estudioso do capitalismo e defensor da classe operária, com boas conexões junto a ativistas e lideranças de classe. Sua modestíssima casa num bairro pobre de Londres era centro de conspirações. Mas ainda não era autor conhecido fora dos círculos restritos dos emigrados e perseguidos e muito menos respeitado a ponto de gerar uma “escola” coerente, o “marxismo”!

Lograra certa ressonância prática, a partir de sua aproximação com a Liga dos Justos, criada em 1836 por ativistas alemães, à qual se uniu, depois de sua transmutação em Liga Comunista na década de 1840. Esse relacionamento estreito, somado à imensa cultura de Marx e à sua personalidade forte, impositiva, dominante, inspirou admiração. Valeu ao “mouro”, como era chamado, o convite para escrever o “Manifesto”, convite feito em 1847.

Naquela época, Marx já havia enchido cadernos de notas e rascunhos de textos e já tinha suas ideias formadas a respeito do que, para ele e seus companheiros, se constituía no caráter exploratório do regime capitalista.

Na sequência de sua incansável articulação do operariado, entrou em contato, por intermediação de terceiros, com comunistas norte-americanos. Com isso, foi ampliando o alcance de seu nome, acabando por ser convidado para escrever para um jornal americano, o *New York Herald Tribune*.³⁹

Não parece impreciso considerar haver sido sua personalidade carismática e seu talento lógico expositivo os fatores decisivos na escolha para redigir, com Engels, o “Manifesto”. Marx, desde muito jovem, sempre foi um intelectual com forte ambição de liderança e de conhecimentos.

Quando na Universidade de Berlim, onde cursou quatro anos, tornou-se o aluno preferido de Bruno Bauer e estudou com o hegeliano Eduard Gans. Por essa época, teve início seu interesse pelo socialismo. No texto sobre a “questão judaica”, é claro sobre o que entendia por “libertação”.⁴⁰ Marx não levou em conta o drama milenar da diáspora do povo judeu.

O “Manifesto” foi bem mais que um texto ativista. Foi convincente trabalho de crítica social. Sua linguagem fácil e emocionada mostrou-o longe de ser um “filósofo alemão”. Seu prestígio como líder do socialismo foi crescendo. Mas ainda era menor que o de Proudhon, na França; de Lassale, na Alemanha, e do próprio Bakunin, cujo nome já estava consagrado na Rússia e em vários países europeus, chegando ao sul, à Itália. E, como ativista político, nunca teve a dimensão internacional de um Mazzini, o líder de massa que, à mesma

época, lutava pela unificação da Itália. Por outro lado, naquele ano de 1848, o comunismo estava bem longe de ser o “espectro que ronda a Europa”, como se lê no “Manifesto”.

A análise menos emotiva dos fatos nos revela que o escarcéu sobre o impacto do texto não foi, de modo algum, a verdade dos tempos. Engels bem a definiu, mais adiante, no prefácio à edição italiana de 1893: “Nem o progresso econômico do país nem o desenvolvimento intelectual das massas operárias francesas haviam alcançado o nível que tornaria possível uma reconstrução social”.⁴¹

Para começar, o movimento foi logo dominado, e o “Manifesto” sofreu certo esquecimento entre as preocupações da época. Foi visto como um panfleto visionário, convocando o operariado a se unir, linha ativista já contida num *slogan* antigo da Liga dos Justos. Os fatos em sequência, revelando a grande prosperidade do capitalismo europeu nos anos de 1849 e 1850, exceção das turbulências francesas, ajudaram a ofuscá-lo.

Em 1850, inclusive, foi inaugurada, esta sim, com repercussão espetacular em todo o mundo, a primeira exposição industrial em Londres, num edifício moderno e amplo, especialmente preparado para acomodar as maravilhas da indústria e o poder da burguesia, chamado “O Palácio de Cristal”.

O que se estava vendo não era a união proletária, mas a da burguesia em torno da tese do mercado livre e da propriedade privada dos bens de produção.

VII – A Odisseia do Marxismo

Não parece incorreto dizer, portanto, que certo grau de indiferença intelectual ainda envolvia sua obra e seu nome, mesmo nessa fase ativista. A vida do século seguia avançando a um ritmo nunca visto na história humana. As cidades aumentavam seu tamanho de modo galopante, a indústria dominava o processo produtivo, e as inovações se atropelavam umas sobre as outras.

Não obstante, eram pequenos os avanços sociais. O trabalhador emigrado dos campos era visto como “coisa” que se usa enquanto serve. Quando envelhecia ou ficava aleijado no trabalho, não encontrava mais espaço. Era despedido, sem qualquer indenização, respeito moral e consciência social.

Esse era o clima dos valores aceitos, forçando o Estado a intervir, embora com cautelas políticas evidentes. Pouco a pouco, formou-se um “caldo de cultura” propício a movimentos radicais que acabaram ocorrendo. A proposta da organização de uma “internacional comunista”, por isso mesmo, ganhou corpo. E se transformou em realidade concreta, em parte devido à energia organizativa de Marx. Em torno dele e de sua capacidade de aglutinação e de organização, girou a Primeira Internacional de 1864.

Os conflitos doutrinários com os utopistas de Blanqui e Proudhon, além dos anarquistas liderados por Bakunin, que traumatizaram as reuniões da Primeira Internacional, foram razoavelmente controlados pelo esforço político e persuasivo de Marx. Em seu conjunto, revelavam fraturas ideológicas no movimento proletário. O “marxismo” não tinha como existir. Nem *O Capital* havia surgido ainda em 1864!

Com o tempo, o nome de Marx foi sendo mais conhecido. Especialmente depois da tradução francesa de *O Capital*. Nada de impacto grande. Mas algo, em si mesmo, importante.

Havia um processo em marcha, cujo ponto destacado foi a agitação de massa conhecida como a “Comuna de Paris”. Mas, em síntese, parece válido dizer a respeito de Marx que não se ocupa dele a sociologia do período, mesmo sendo ele um sociólogo. Sendo um economista, a economia, digamos, clássica, dominada pela inflexão da utilidade marginal, também não o leva em consideração. E, sendo um filósofo, era desconhecida sua obra sobre a filosofia de Epicuro e Demócrito, trabalho de extraordinária densidade intelectual, bem como o posterior trabalho sobre Hegel e Feuerbach.

Destarte, parece próximo da verdade dizer que Marx, como crítico do capitalismo, em boa parte do século XIX, não teve a influência que o marxismo a ele atribui. Sua morte, lamentada pelos ativistas, inspirou, pela ação de Engels, propostas para a organização de uma Segunda Internacional, em torno de seu nome. Era algo revelador do aumento de sua importância. Mas é difícil falar de “marxismo”, por ausência de uma doutrina coerente. A Segunda Internacional dedicou-se a um certo alinhamento posicional.

Já decorriam seis anos da morte de Marx, quando foi oficialmente inaugurada, em 1889, logrando-se forte presença estrangeira. A Internacional não se esgotou numa única grande reunião. Manteve-se no tempo. Os grupos se dividiram por países, com intensa troca de informações e correspondência. O intercâmbio durou até o ano da guerra, 1914. Nesse ano, o edifício de expectativas erguido em nome da “internacional proletária” perdeu o sentido.

Os proletários, mais uma vez, mostraram que pouco tinham a ver com as teses dos intelectuais. Uniram-se aos seus exércitos nacionais, em 1914-18. Lutaram uns contra os outros, movidos por forças espirituais e morais, cuja origem nada tinha a ver com condições socioeconômicas e, sim, com sua formação nacional e familiar, o que, para eles, tinha muito maior importância que a identidade de classe.

Além do mais, os debates revisionistas mostraram a ausência de qualquer teoria unificada. O que houve foi uma babel de visões divergentes sobre a obra de Marx. De um lado, os ataques à ortodoxia de Kautsky e Labriola tornaram-se tema dominante. De outro, Bernstein contestava teses consagradas pelo marxismo como a da pauperização crescente do proletariado. Para ele, o capitalismo não poderia fechar-se numa elite. Teria de ampliar o consumo de massa. Inúmeros outros pontos de discórdia foram marcando os debates.

Francamente, não logramos ver nenhum “marxismo” como teoria unificada, dentro dessa balbúrdia de discordâncias. Ao que tudo indica, sem o que houve pouco adiante, na Rússia, o “marxismo”, de tão dividido, quase certamente não teria ido longe.

Desde o início do século XX, Lenin, um emigrado russo e entusiasta de Marx, já vinha escrevendo textos baseados em sua doutrina. Pouco adiante, publica um breve ensaio sobre a sua vida e obra, em 1912.⁴² O mesmo fizeram outros intelectuais, como Mehring.

Mas já estávamos no século XX, cerca de 25 anos depois da morte de Marx. E a época não era das melhores para o socialismo. Nesse período da virada do século XX, explode a efusão consumista e hedonista da *belle époque*. Surgem inovações, como o cinematógrafo, o automóvel, a motocicleta, o rádio, a bicicleta, melhorias de pavimentação das ruas, da medicina, do saneamento básico. Surge o avião!

Ninguém, honestamente, podia ser contra o esquema empresarial que produzia tantos milagres. Firmam-se a produção e o consumo da energia elétrica, fenômeno cujo símbolo fora a Torre Eiffel, totalmente iluminada numa França já completamente burguesa.

O gosto do progresso estava no ar com o aumento do consumo. E o refinamento da vida social era um fato. A alegria de viver caracterizava a nova e bem aumentada elite de esplendor, com seus múltiplos salões intelectuais. É só ler *O Caminho de Guermantes*, de Proust.

O “burguês” milionário já era um dos centros da vida social, e grandes talentos empresariais iam surgindo e se tornando ricos, dando maior respeito à nova classe média. Mas havia um lado negro em todo esse otimismo. Não era possível esconder o desequilíbrio social e o nível inadequado do emprego decente, levando milhões de emigrantes a buscar as Américas, o Canadá e a Austrália, como formas de escape para sua condição de penúria. *A belle époque* não era tão *belle* assim, como se admitia nos salões do Ritz e nos restaurantes “chiques”.

O interesse por Marx continuou crescendo. Mas cabe notar que tudo isso foi antes dos acontecimentos na Rússia. Não obstante, só parece realístico identificar uma era de ouro para o marxismo a partir da Revolução de 1917. E essa era de ouro perdurou, inteira e vigorosa, até a década de 1960, talvez 1970.

A Revolução de 1917 abalou o mundo. Sendo liderada por marxistas declarados e feita em nome dessa doutrina, teria de ser decisiva. E assim foi. A partir dela, consolida-se a importância internacional de Marx. Valida-se a tese, mais leninista que propriamente de Marx, sobre a “ditadura do proletariado”. Um Partido operário coeso, liderado por intelectuais da “classe média”, podia chegar ao poder em condi-

ções de turbulência social, mesmo antes que as condições históricas estivessem amadurecidas.

O fato contrariava os doutrinários ortodoxos, mas alimentava a esperança das massas em dezenas de países pobres. A meu ver, é a partir dessa fase que o “marxismo” pode ser considerado uma “doutrina coerente”, apoiada por partido politicamente forte, no caso, o russo, e imposta a todos os outros partidos comunistas que se iam fundando pelo mundo, inclusive no Brasil.

Em resumo, parece razoável dizer que, não fosse o ocorrido em 1917, talvez sua presença como pensador socialista não passasse de um fenômeno de época, fugaz no tempo. Por isso, se é correto dizer que Marx foi um pensador do século XIX, mais acertado, depois dos acontecimentos na Rússia, será defini-lo como um pensador do século XX.

Sua obra, tornando-se o centro das atenções intelectuais, revelou desacertos com a realidade, alguns deles já apontados aqui. Ao longo do tempo, no entanto, as crises em sucessão, especialmente a da década de 1930, foram tornando aceitável o tipo de crítica que falava justamente da anarquia produtiva do capitalismo e do subconsumo, devido às imensas desigualdades na distribuição da renda gerada.

O marxismo passou a influenciar regimes políticos, tornando-se o eixo ao redor do qual giravam as lutas partidárias. Virou “moda”. Para as lideranças avançadas e iconoclastas, era “chique” ser marxista, e ofensa cruel ser tachado de “reacionário”.

Devido às divergências e simplificações dominantes, o marxismo se transformou em complicada “pajelança intelectual”. Mas, como

poucos, muito poucos, leram Marx com atenção devida, as opiniões se firmavam por “ouvir dizer”.

Parece correto o talentoso jornalista Nelson Rodrigues, ao chamar o marxismo da sociedade brasileira de seu tempo de “saber atmosférico”. Foi aceito como verdade não discutível, sem a necessidade de se ler sobre o assunto, pensar ou estudar o marxismo. Bastava, simplesmente, respirar “o ar social dominante”. O fenômeno não se reduz ao marxismo brasileiro, é geral. Por isso, o marxista despreza e ridiculariza a divergência, o que nos autoriza a imaginar que sua origem não seja nem racional nem, muito menos, científica e, sim, ideológica, emotiva e ética.

O capitalismo moderno, com seus desequilíbrios espantosos relativamente à distribuição da renda, aos abusos de poder e ao exibicionismo hedonista de parte significativa de suas elites, favoreceu sua consolidação. E esse ponto parece-me decisivo para justificar a posição dogmática dos marxistas.

Marx, certo ou errado, é visto como figura humana exemplar. Não obstante, a verdade desmente a suposição. Levando sua família a viver na miséria e colaborando para a morte de quatro de seus sete filhos, tendo ainda, um filho ilegítimo com uma dedicada empregada que jamais dele recebeu um tostão, torna-se cada vez mais difícil a defesa fanática de seus seguidores.

Difícil, por outro lado, entender sua divisão dos pobres. Ao que parece, não lhe foi possível entender o que significava a vida dos abandonados que não logravam emprego. Todos eram vítimas da mesma origem camponesa, todos tiveram infância cruel e difícil no decurso de vidas curtas e opacas, sem educação e sem perspectivas, formando o contingente dos deserdados da sorte. Não obstante, Marx

não os vê como iguais ante o destino amargo. Se o tivesse feito, não cindiria em duas partes, como o fez, essa gente unida pela desgraça. Uma era o “proletariado” urbano; a outra, a imensa maioria, ainda a mourejar nos campos, ou migrando sem destino para as cidades, Marx chamou, desdenhossamente, de *lumpen proletariat*, a canalha das ruas, os vagabundos, o “exército de reserva” de trabalho, sempre disponível para qualquer coisa. O grande humanista não percebe que esses milhões de deslocados sociais são seres humanos iguais aos outros, apenas sem haver logrado emprego, portanto, sem engaste social fixo. Entre eles, havia, como ainda há, vagabundos, ladrões, proxenetas e criminosos de vários tipos, é certo. Mas há também pessoas decentes e amargas, deprimidas e tristes, que morrem sem cuidados e sem piedade.

Ao decidir casar-se sem qualquer emprego que garantisse um mínimo de renda, arrastou, em drama humano irreparável, uma jovem inocente, sem prática como dona de casa. Seguiram os dois na mais angustiante miséria, dependentes de auxílio de amigos, especialmente da mesada regular de Engels. Passaram juntos fome e frio, com os filhos mal cuidados.

Quatro deles não resistiram. Um morreu ao nascer, mas três sucumbiram à subalimentação, aos cuidados deficientes e ausência de amparo adequado. Morreram ainda crianças. Edgar, talvez seu filho mais querido, morreu com oito anos! Também ética e humanamente condenável foi ter um filho bastardo com a empregada, Helene Demuth, que tanto ajudava sua mulher. O filho não foi reconhecido e sobreviveu graças aos cuidados de Engels. Ante tantos traumas, suas duas filhas mais velhas, mais adiante, com uma vida em ruínas, suicidaram-se.⁴³

Em conversa com seu futuro genro, Lafargue, um “doidão” que acabou marido de Laura, uma das suicidas, afirmou que, se voltasse atrás, faria tudo de novo, menos... casar-se! Nessa restrição, demonstra reconhecer sua falha.⁴⁴ Se nele houvesse um mínimo de grandeza, teria feito o que fez Kierkegaard ao renunciar a seu amor, Regine Olsen, por respeito a ele. O mesmo fez Kafka em relação à Felice Bauer. A mesma atitude tiveram Kant e Flaubert. A vida de casado, com filhos, não é compatível com a de um estudioso obstinado, dedicado ao isolamento dos livros, preso a si mesmo pelo destino da solidão, muito menos com a de um ativista em ação.

Resumindo: sua visão da economia, a salvação da humanidade pelo comunismo, acabou sendo mais um equívoco entre tantos que se perderam no anonimato. Sua “ditadura do proletariado”, quando instalada na União Soviética, acabou se revelando o paraíso da burocracia, com nova classe dirigente de políticos espertalhões e tecnocratas corruptos, em sua imensa maioria oriundos das classes médias. Se o “esquerdismo” foi entendido, até mesmo por Lenin, como a “doença infantil do comunismo”, pode-se ir mais longe e tratá-lo como a doença infantil do marxismo.

A despeito de todas essas dificuldades práticas e teóricas, impossível desconsiderar o fato óbvio de o marxismo ter traçado a sua história. E esta ter sido, de certa forma, a “nossa” história, porque as ações e reações nele inspirados influíram no destino do século XX, tornando-se um fenômeno político dominante.

Ao contrário do que pensa George Lichtheim, que considera correto alguém percebê-lo como uma “doutrina social entre tantas outras”, o marxismo tornou-se, não só, o ideário oficial dos seguidores de Marx, senão também o modelo de crítica ao capitalismo e de reorganização

da sociedade, aceito por boa parte de nossa intelectualidade e a maior parte da juventude.⁴⁵

Positivamente, o marxismo “nem é uma doutrina social entre tantas outras”, como anda bem longe de estar morto. Impossível dar de ombros às suas repercussões, porque até hoje, embora bem mais atenuadas, elas circulam entre nós. Aqueles, como Bamford Parkes, que se propuseram a realizar “a sua autópsia”, dando o marxismo por “morto”, na verdade, correm o risco objetivo de enfrentar um Frankenstein que se ergue, bem vivo, da mesa das experiências sociais.⁴⁶

Por isso, a despeito de seus equívocos ou, talvez, por causa deles, merece ser estudado com a objetividade possível a cada um de nós.

Notas

1 HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. *Filosofia do direito*. Buenos Aires: Ed. Unicidad, 3. ed., 1944. p. 33. A frase célebre sintetiza seu comentário sobre Platão a respeito da “doxa”, ou a opinião culturalmente dominante que considera como evidente ser a verdade aceita como expressão do racional.

2 “Virar Hegel de cabeça para baixo” está no prefácio à segunda edição livro MARX, Karl. *O capital*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2. ed., 1980. p. 17. Esta edição foi coordenada por meu saudoso amigo, o poeta marxista Moacyr Felix.

3 Ver GROETHUYSEN, Bernhard. *La formación de la consciencia burguesa em Francia*. México: Fondo de Cultura Econômica, 3. ed., 1985. Para ampliar o cone de visão, o interessado pode consultar o clássico de John H. Randolph Jr., *The Making of Modern Mind*, Houghton Mifflin C., Cambridge, Mass., 1926, especialmente p. 111-202, além

dos capítulos XI e XII sobre a “religião da razão”, dominante no século XVIII.

4 Refiro-me ao texto de Ernane Galvêas, respeitado economista e ex-ministro da Fazenda do Brasil, texto sobre “Marx o Economista”, publicado na *Carta Mensal* de abril de 1997, p. 17-57.

5 Ver o competente trabalho de Alfred Chandler Jr., *Strategy and Structure*, MIT Press, 1962. Chandler examina a resultante do chamado *boom* ferroviário, ocorrido a partir da década de 1850, com suas repercussões na forma tecnocratizada de gerir as empresas do setor. Foi visto por ele como o embrião do capitalismo corporativo, envolvendo as dimensões relativas do proletariado, ante a complexidade da produção de todo o sistema industrial. Nos anos 1860 e 1870, de *O Capital*, essas inovações já eram evidentes.

6 A utopia comunista de Marx atravessou sua vida. Foi expressa, pela primeira vez, na *Ideologia Alemã*. Quase quarenta anos depois, conclui em: MARX, Karl. *Crítica ao programa de Gotha*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2012. Na página 31, insiste na eliminação da divisão do trabalho social.

7 Em *O 18 Brumário*, o Estado bonapartista vira as costas à burguesia e se alia ao “lumpen”, ao povo, inaugurando o populismo moderno; ver São Paulo: Ed. Boitempo, 2014, p. 91.

8 As variações do conceito de “mais-valia” permeiam *O Capital*. Seria cansativo e dispensável reproduzi-las num rodapé. Lamentavelmente, Marx não teve um bom revisor jornalístico, o que poderia reduzir o volume de sua obra a, pelo menos, um terço. Só com a “mais-valia”, ele nos cansa com repetições e mais repetições, fixando-se em seu caráter exploratório na fase da produção. Seu tratamento do assunto

pode ser chamado, como é usual em música, de “variações sobre o mesmo tema”. Ocupa boa parte do primeiro e do segundo volumes, e entra pelo terceiro volume. Não satisfeito, ainda há um quarto volume, preparado por Kautsky, especialmente sobre o tema.

9 O conceito de valor como “tempo de trabalho” é herdado por Marx dos clássicos. Já se delineia nos “Manuscritos de 1844”, sendo exposto de maneira clara na *Contribuição à Crítica da Economia Política*, São Paulo: Ed Martins Fontes, quarta edição, 2011, p. 14-15 para chegar como um dos conceitos básicos de *O Capital*.

10 O “capital constante”, isto é, o complexo de máquinas e equipamentos com os quais vai trabalhar o proletariado, é mal explorado por Marx. Não obstante, sua importância para agregar valor não pode ser omitida totalmente. Ver volume 1 de *O Capital*, *op. cit.*, p. 440-441. Em outras partes, há referências esparsas. Obviamente, o conceito atrapalha bastante suas formulações sobre o que se pode considerar “trabalho produtivo”; voltaremos ao tema devido à sua importância decisiva para entender os desvios de Marx.

11 ARON, Raymond. *O ópio dos intelectuais*. São Paulo: Ed. Três Estrelas, 2016. Ver especialmente p. 79-104, sobre o “mito do proletariado”.

12 Ver de WEBER, Max. *The protestant ethic and de spirit of capitalism*. Nova York: Charles Scribner's Sons, 1958. p. 181-183. É uma síntese sobre os riscos de se fragmentar a alma pela especialização necessária ao tipo de trabalho industrial emergente. Cunha a metáfora da “jaula de ferro” em que viveremos no futuro.

13 Ver a declaração feita no prefácio da primeira tradução francesa, na página 6, onde define o objetivo como o “estudo das leis econômicas da sociedade moderna”.

14 Ver MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. *La ideología alemana*. Montevideu: Ed. Pueblos Unidos, 1959. p. 33.

15 Idem, idem, p. 443.

16 Ver FRANCO JR, Hilário. *Cocanha: a história de um país imaginário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. O livro é sobre uma fábula narrada popularmente na Idade Média e que constitui o centro de uma visão paradisíaca do mundo. Sintetiza o impulso humano para a felicidade, como já entrevista no, bem mais antigo, mito sumeriano de “Gilgamesh”, em sua primeira parte.

17 Para Max Weber e a teoria do “carisma”, ver o volume 4 de *Economia e Sociedade*, México: Fondo de Cultura, 1944. p. 252-293.

18 TONNIES, Ferdinand. *Karl Marx, his life and teachings*. Michigan: Michigan State University Press, 1974. p. 117.

19 Max não contém sua admiração pelos inspetores de fábrica ingleses. Ao descrever no volume 1, *op. cit.*, p. 260-345, as condições aviltantes do trabalho fabril, refere-se com respeito ao esforço dos inspetores, especialmente o de Leonard Horne. No volume 2, agrega o nome de Alexander Herdgrave.

20 “A célula econômica da sociedade burguesa é a forma de mercadoria”, volume 1, *O Capital*, *op. cit.*, p. 4.

21 Ver SAHLINS, Marshall. *Stone Age Economics*, Nova York: Ed. Aldine de Gueyter, 1972, p. 1-40 e p. 185-276; melhor para entender nosso arcano é o trabalho de SILVERBERG, Robert. *The morning of mankind: prehistoric man in Europe*. Nova York: Graphic Society, 2. ed., 1967.

22 MARX, Karl. *O Capital*, *op. cit.*, Livro 3, volume 4, p. 309-390, sobre “capital mercantil”.

23 SIMMEL, Georg. *The philosophy of money*. Nova York: Routledge and Kegan Paul, 1991. p. 131-150 e 168-203.

24 GIMPEL, Jean. *A revolução industrial da idade média*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997. Importante consultar também a obra *Evolução Cultural do Homem*, de W. Gordon Childe, publicado pela mesma editora.

25 Pelos fins do século XV, grandes centros comerciais, com figuras proeminentes de mercadores e banqueiros, já se haviam consolidado em cidades como Antuérpia, Gênova, Veneza, Florença, Lion, Lucca e Pisa, estendendo-se do Báltico a Sevilha, numa rede extensa de comércio em grosso e negócios bancários.

26 Ver MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016. p. 605-980.

27 “(...) da capacidade do capitalista, depende a sorte da empresa”; *O Capital*, *op. cit.*, p. 209, Livro 1, volume 1, *op. cit.*

28 A frase poética de Marx está em: MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. *O manifesto do partido comunista*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 2011. p. 44.

29 O conceito de vender a “força de trabalho” é básico em *O Capital*. Aparece de modo embrionário nos “Manuscritos de 1844”, como tendo por base a obra de Constantin Pecqueur e a de Eugênio Buret, por ele citados como exemplo.

30 “Capital Constante”, como agregador da riqueza e mais como o elemento definidor das condições sociais em que o trabalho poderá ser realizado. Ver p. 204-207, volume 1, *O Capital*, *op. cit.*

31 Sobre a importância decisiva da venda sem a qual não se materializa o valor da produção, não há mais-valia nem lucro nem excedente. Ver

Livro 3, volume 4, p. 46, e, logo na abertura de *O Capital*, reflexões sobre o “valor de troca”, p. 42-43, do volume 1. O tema é: o excedente do valor da mercadoria só se realiza no processo de circulação.

32 Ver em GABRIEL, Mary. *Amor e capital*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2015. Comenta sobre a saga da família Marx, a repercussão mofina de sua obra. Ela positivamente não merecia tanto sacrifício.

33 SWINGEWOOD, Alan. *Marx and modern social theory*. Nova York: Halsted Press Book, 1975. Swingewood inicia seu trabalho, p. 1, com esta assertiva.

34 A tese do “materialismo histórico” surge cedo em Marx; desde os “Manuscritos de 1844” e de *O 18 de Brumário*. É elaborada com mais cuidado a *Contribuição à Crítica da Economia Política*. No prefácio à 1. ed. francesa, *op. cit.*, Marx reproduz com evidente orgulho a crítica dos russos altamente positiva.

35 Nas páginas 15-36 e 47-64, do volume 4, publicado por Kautsky, sobre a teoria da mais-valia, Marx comenta as teses dos fisiocratas e de Adam Smith, as quais, para ele, já contêm a gênese da teoria da mais-valia.

36 Na Biografia, *op. cit.*, já vemos, logo nas páginas iniciais, como Marx começa na *Gazeta Renana* priorizando a luta liberal contra a autocracia feudal.

37 KOLAKOWSKI, Leszek. *Main Currents of Marxism*. Oxford: Oxford Univ. Press, 1981. Kolakowski inicia o livro com a frase: “Marx era um filósofo alemão”. Engels é quem enumera vários economistas que, à época, já usavam a obra de Marx, e o próprio Tönnies, *op. cit.*, indica essa influência em sua obra magna de 1883, *Comunidade e Sociedade*. Ver página XV do prefácio.

38 Wilhelm Weitling era de origem humilde, um alfaiate, que, por mérito próprio, completou sua formação e escreveu sobre a condição da classe operária, tornando-se um dos mais influentes socialistas do período, bem mais conhecido, na década de 1840 que o jovem Marx.

39 Tönnies comenta sobre o golpe de sorte que foi o convite para escrever no *New York Tribune*, na p. 53 de sua obra já citada. E, na p. 54-55 e p. 60, estende os comentários.

40 No segundo ensaio de “Sobre a Questão Judaica”, Marx é pouco compreensivo com a diáspora do povo judeu; afinal, o povo de sua herança. E afirma que a “libertação do judeu” seria um processo egoísta e incompleto, enquanto não estivesse ligado à libertação do homem como um todo.

41 Ver o prefácio da edição italiana do “Manifesto”, *op. cit.*, preparado por Engels.

42 Lenin escreveu para o *Dicionário Enciclopédico Granat* uma pequena biografia de Marx, publicada em 1914. Ver referência em “Biografia”, *op. cit.*, p. 11.

43 O melhor e mais competente trabalho até hoje feito sobre as condições que Marx impôs à sua família, a partir do casamento e do desterro forçado por suas posições de ativista político, é o já citado livro de Mary Gabriel, Rio de Janeiro: Zahar, 2015. As biografias famosas de Tönnies e de Mehring são deficientes e omissas a respeito de muitos aspectos, inclusive do filho ilegítimo de Marx com sua empregada e amiga da casa, Helene Demuth, filho que Marx teve a desfaçatez de recusar como seu; não fosse Engles, a criança teria sido entregue a algum orfanato para pobres.

44 Em 1866, em carta a seu futuro genro, Paul Lafargue, disse que, se pudesse recomeçar a vida, faria tudo de novo, menos... casar-se! Ver a Biografia das edições Avante, Lisboa, 1983. p. 295.

45 MEHRING, George. *Marxism: an historical and critical study*. Nova York: Ed. Fredrick Praeger, 1962. p. XIII.

46 PARKES, Henry Bamford. *Marxism: an Autopsy*. Chicago: University of Chicago Press: Phoenix Books, 1964.